

Apresentação da publicação

Roberto Narciso Andrade Fernandes
Paulo Machado

Idealizar a génese de uma publicação resignada aos Estudos Comemorativos dos 40 anos de Ciências Policiais em Portugal constitui, a priori, um enorme desafio.

Patenteia, desde logo, uma instigação pela responsabilidade que encerra para a credibilidade e reputação de um campo científico em emancipação, implicitamente interconectado com o pulsar da sociedade coeva e ampliado pela planetarização da revolução digital, nas suas múltiplas escalas, níveis e ordem de grandeza. Seguidamente, por se pretender que estes Estudos reverberem a consistência, sofisticação e maturidade de uma disciplina que se proclama, com uma identidade própria e ímpar, nos palcos da Academia. O fino recorte das Ciências Policiais é objeto de interesse e permanente escrutínio dos mais variados sectores e níveis da sociedade, em toda a sua dimensão e diversidade. As reivindicações da sociedade da terceira década do século XXI apressuraram o cinzelamento e a modelagem desta área de estudo interdisciplinar.

Do anteriormente exposto, parece sobressair, com espontaneidade, a importância de concretização de um *corpus* que cumpra a triangulação dos dissemelhantes contributos científicos, provindos de diferentes saberes, sob a bússola estratégica exclusiva das Ciências Policiais e em benefício da construção de uma visão integral e de um entendimento holista. E este, sem imodéstia, afigura-se-nos ser a sumidade desta antologia de lições de sapiência e de estudos rigorosos em torno do tópico específico da seguridade, como nunca se preanunciou.

Os Estudos vigentes traduzem-se numa obra abrangente, arguta e contemporânea que documenta o despontar e a consequente evolução das Ciências Policiais, no decurso das últimas quatro décadas, pela quase exclusiva intercessão do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), da Polícia de Segurança Pública (PSP), sob a tutela do Ministério da Administração Interna.

Epígono da egrégia Escola Superior de Polícia (ESP), idealizada em 1979 e fundada em 1982, o ISCPSP é, modernamente, um estabelecimento de ensino superior público universitário policial de qualidade, periodicamente avaliado e acreditado pelas agências públicas nacionais para o ensino superior, investigação e ciência, tecnologia e inovação (nomeadamente, a A3ES e a FCT).

Rememore-se, neste oportunidade, que o ISCPSP germinou numa conjuntura buliçosa de reforma da(s) polícia(s) portuguesa(s), firmada por compromissos confluentes: por um lado, a autonomização da dimensão policial em relação às potências militares, arrogando uma orientação civilista e democrata, devota à manutenção da segurança interna, nos termos consignados na Constituição pós-ditatorial de 1976; por outro lado, a subordinação da Lei Fundamental à Convenção dos Direitos do Homem, enquanto pré-requisito para a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

Este novo paradigma sublevou o Ethos da polícia portuguesa, reposicionando-a como guardiã dos valores humanistas e democráticos, encabeçando a defesa da legalidade e das liberdades civis.

Concorrendo diretamente para essa finalidade e tendo por suma jurisdição formar a elite dirigente da PSP, com fundamento no conhecimento científico e no desenvolvimento de competências técnicas específicas do domínio da segurança pública, o ISCPSP é, com legitimidade e propriedade, a Alma Mater Studiorum das Ciências Policiais portuguesas, numa vivacidade do mais avançado pensamento, ao nível do ensino superior e da investigação e desenvolvimento.

O novo apanágio dos quadros dirigentes da polícia lusitana vertia-se na convergência adaptativa de credibilidade e ética (Ethos), fundamentada na lógica e na razão (Logos) e substantificada com alma, emoção e proximidade (Pathos) dos cidadãos. A intercessão decorrente destes novos Ethos-Logos-Pathos ocasionou um paradigma policial pós-revolucionário, ministrado em Portugal apenas pelo ISCPSP.

O presente livro consubstancia, *a finale*, uma conspeção multidisciplinar das Ciências Policiais, abertamente discutidas pelo meio académico e

aprofundadas por figuras de proa do arquétipo da segurança, ao longo de um inédito ciclo de conferências internacionais, realizadas entre novembro de 2022 e janeiro de 2023, no Auditório Superintendente-Chefe Afonso de Almeida, em Lisboa, mas transmitidas para os quatro cantos do globo em *streaming*. Integrando as memorações dos quatro decénios das Ciências Policiais, estas iniciativas cosmopolitas assentaram em seis notáveis eventos científicos, a saber, um webinar luso-brasileiro e cinco conferências internacionais, abrilhantados pelos contributos de reputados especialistas e estudiosos, agências e organizações, quer nacionais, quer estrangeiras.

Examinando o que nomeamos de pentaedro das Ciências Policiais, e procurando esclarecer o porquê do recurso à geometria, em jeito de metáfora, torna-se necessário esclarecer que cada prisma¹, isto é, cada perspetiva disciplinar goza da sua autonomia, da sua identidade firmada pela respetiva episteme e alicerçada pelos seus métodos. Ou seja, o conceito de **pentaedro** define um propósito epistemológico que tem correspondência com o trabalho científico interdisciplinar e com implicações metodológicas conhecidas e necessariamente controláveis. Como num sólido geométrico, as faces complementam-se harmoniosamente, não conflituam nem existe processo (nem vontade) de se evidenciarem. A riqueza está no conjunto, no todo, ou para glosar Adérito Sedas Nunes (1977)² na unidade do social que a pluralidade disciplinar não pode comprometer.

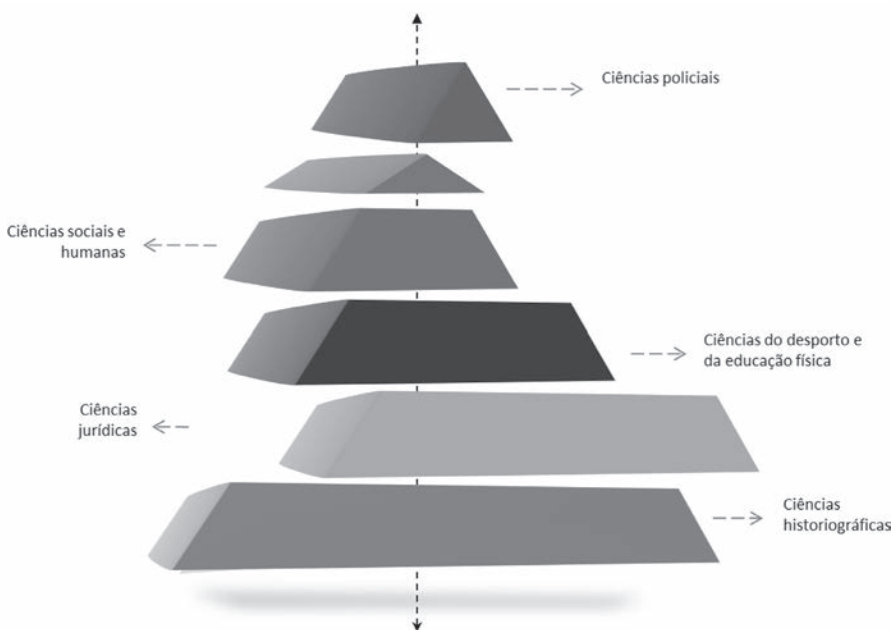
Os debates científicos promovidos exploraram, de modo singular, os principais saberes oportunisticamente fruídos pelas Ciências Policiais no concebimento de uma resposta holística e desejavelmente mais adequada às complexidades e desafios da modernidade. Referimo-nos, pois, às ciências sociais e políticas, às ciências historiográficas, às ciências do desporto e da educação física e, por fim, às ciências jurídicas.

Beneficiando da interpenetração fluída daquelas disciplinas científicas, as Ciências Policiais espigam-se à luz da teoria autopoietica, fabricando, com recurso à plasticidade, novos componentes ambígenos que se diferenciam dos seus formatos originais, mas que aproveitam favoravelmente os seus melhores atributos na proteção do bem-comum e na promoção das liberdades populares.

-
- 1 O prisma, aceção aqui empregue, define uma opção analítica suportada disciplinarmente que não subordina o investigador a uma meta-ciência policial, mas com o qual (prisma) assume uma prática colaborativa que contribui para o PENTAEDRO, ou seja, os objetivos traçados pelas Ciências Policiais não lhe são estranhos.
 - 2 Sedas Nunes, A. (1977). *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*. Lisboa: Presença/Gabinete de Investigações Sociais (5ª edição).

Com efeito, as Ciências Policiais, independentemente da definição que se lhes queira atribuir, não deixam de ser simultaneamente um produto desenvolvido pelos investigadores (polícias e civis, nas suas diferentes condições) e um sistema de produção que pode ser caracterizado pelos interesses científicos desses investigadores, pelos meios de produção ao seu dispor (nomeadamente financeiros, tecnológicos ou outros) e das organizações nas quais as Ciências Policiais se desenvolvem. As Ciências Policiais definem-se, ainda, como uma abordagem transdisciplinar que proporciona um quadro teórico sistemático e abrangente para a definição e análise dos fatores sociais, económicos, políticos, ambientais e institucionais que relevam para e têm implicações nos processos que as instituições de natureza policial desenvolvem em prol da segurança humana. Esta, em rigor, vem a ser o objeto material das Ciências Policiais, e as instituições e os seus processos o seu objeto formal (Figura 1).

Figura 1 - Edifício de conhecimento formal aplicado ao seu objeto material (a segurança humana³)



3 A segurança humana vem a ser um construto que pretende consubstanciar as diferentes dimensões empíricas orientadas para a proteção das pessoas contra quaisquer ameaças (recorrentes ou inopinadas).

Assim, objeto de consagração formal, com força de lei, no ano de 2022, as Ciências Policiais podem ser compreendidas como uma área de estudo interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar⁴ que se concentra na compreensão e aplicação de teorias, métodos e técnicas para lidar com questões relacionadas à segurança, incluindo a prevenção e investigação de crimes, a manutenção da ordem pública e a gestão de crises.

Para o efeito, esta área de conhecimento concerta conceitos e técnicas de várias disciplinas (v.g., como o direito, a criminologia, a psicologia, a sociologia, a tecnologia e a gestão), com o propósito de desenvolver estratégias e políticas eficazes para lidar com questões sistémico-securitárias, garantir o normal funcionamento das instituições democráticas e a segurança dos cidadãos, sem olvidar a categórica proteção dos direitos humanos. Nos termos do Regime Jurídico do Ensino Superior Público Policial – cfr. Decreto-Lei nº 13/2022, de 12 de janeiro – as Ciências Policiais constituem um “acervo organizado e sistematizado de conhecimentos científicos sobre a organização policial, enquanto instituição, e sobre a ação policial, enquanto processo (...)”.

Apesar dos seus quatro decénios de longevidade e da certificação normativa conquistada, as Ciências Policiais em Portugal ainda se encontram num estágio de gestação, deslizando entre complexidades e controvérsias, pelo que a presente publicação representa, *per se*, mais uma evidência da sua progressiva consolidação e internacionalização junto da Academia, aquém e além-fronteiras, reunindo para tal as visões de inúmeros especialistas provenientes do espaço europeu, africano e ibero-americano.

Esta Obra que agora é dada à estampa é o resultado desta articulação, nem sempre fácil, mas sempre importante para o empoderamento de uma comunidade de cientistas e profissionais de polícia em crescimento. Desta afirmação decorre uma consequência, que reputamos da maior relevância, e que vem a ser a assunção de que as Ciências Policiais também devem ser ciência aplicada, na medida em que através das disciplinas científicas

4 Será conveniente afirmar progressivamente a necessidade de uma transdisciplinaridade que se entende como um “processo no qual os investigadores trabalham em conjunto, usando uma estrutura conceptual partilhada (ativada a partir de teorias, conceitos e abordagens específicas), para estudar um problema comum” (Rosenfield, 1992). Aliás, a autora define-o no quadro da sua aplicação prática ao campo da saúde e das ciências sociais (Rosenfield, P. (1992). The potential of transdisciplinary research for sustaining and extending linkages between the health and social sciences, *Social Science & Medicine*, Volume 35, Issue 11: 1343-1357. [https://doi.org/10.1016/0277-9536\(92\)90038-R](https://doi.org/10.1016/0277-9536(92)90038-R)).

convocadas os respetivos conhecimentos impactam na vida quotidiana das comunidades, das organizações e das pessoas, nomeadamente através do empoderamento dos profissionais de Polícia.

Propondo-se traçar uma perscrutação ao leque alargado de atividades técnico-científicas, descerradas transversalmente a toda a comunidade e ao ateneu, intra e internacional, as páginas desta Opus encasulam o corolário dos vários estudos e comunicações propaladas por renomados investigadores portugueses e alofilos, convidados pelo Centro de Investigação (ICPOL – Police Research Center) do ISCPSI a refletir sobre o estado da arte das Ciências Policiais em Portugal, no dealbar de 2023.

Conglutinando reflexões originais e elaborações vanguardistas de vários especialistas na área da segurança, este livro é uma leitura obrigatória para todos os interessados na história e evolução das Ciências Policiais em Portugal, desde a vetusta criação da Domus Vigilum Scientiarum, corria o ano de 1982.

É, talqualmente, uma homenagem apropriada aos homens e mulheres que, abraçando o desafio de servir o público e de rechaçar o crime, dedicaram as suas vidas a manter a pátria segura e protegida, muitas vezes em prejuízo próprio.

Ad Orbem Per Scientia

Nota dos Editores

Os (trinta e quatro) textos reunidos nesta publicação são da exclusiva responsabilidade dos respetivos (trinta e seis) Autores e o seu conteúdo não vincula o ISCPSI em qualquer circunstância.

Os textos foram objeto de uma revisão técnica e de harmonização gráfica, mantendo-se as opções ortográficas originais, reconhecendo a utilização de duas normas ortográficas do Português (opção dos Autores), e das línguas originais dos textos dos Autores estrangeiros, ou que por opção não foram escritas em Português.

Nalguns deles subsistem (ainda) evidências de uma oralização que decorre da transposição da linguagem verbal para a escrita, por força da sua apresentação, em primeira mão, nos respetivos Painéis da Conferência que

se realizou entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023, repartida por cinco Sessões. Todavia, o conteúdo substantivo de cada texto foi integralmente mantido, isto porque apenas se depuraram algumas interjeições utilizadas no contexto da intervenção oral dos Autores.

Optou-se por uma identificação simples, nominal, de cada Autor, e elaborou-se o respetivo Índice de Autores, publicado no final deste Volume, e que contempla uma apresentação sucinta de todos, validada pelos próprios.